



Formação Contínua em Timor-Leste no contexto do ESG – o Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP)

Ana Luísa Oliveira

PFICP/INFORDEPE – Timor-Leste
analuisa@ua.pt

Antoninho Pires

PFICP/INFORDEPE – Timor-Leste
antoninhopires@hotmail.com

Resumo

Neste artigo, após uma breve contextualização sobre os atuais desafios no âmbito da formação contínua, em geral, em Timor-Leste (TL) e da (re)qualificação dos professores do Ensino Secundário Geral (ESG), em particular, apresentaremos sucintamente o Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP), centrando-nos no trabalho desenvolvido no âmbito do ESG. Em relação a este, serão apresentadas as linhas de ação que foram traçadas em função dos objetivos estabelecidos e das dificuldades diagnosticadas, o trabalho desenvolvido pelos formadores portugueses de 14 disciplinas integrantes do Currículo do ESG envolvidos neste processo, os principais ganhos obtidos, assim como os aspetos menos bem conseguidos. Por fim, apresentar-se-ão propostas que visam a continuidade do trabalho já realizado, por forma a contribuir para a sustentabilidade, o desenvolvimento e a consolidação dos resultados alcançados.

Palavras-chave: Formação Contínua de Professores; Ensino Secundário Geral; Timor-Leste; Cooperação em Educação

Abstract

In this paper, after a brief background on the current challenges in the context of teacher training, in general, in East Timor (TL) and of the (re)qualification of General Secondary Education (ESG) teachers, in particular, we will briefly present the Initial and In-service Teacher Training Project (PFICP), focusing on the work developed within the scope of the ESG. In relation to this, we will present the lines of action that were drawn on the basis of the established objectives and of the diagnosed difficulties, the work developed by the Portuguese teacher trainers of the 14 ESG Curriculum subjects involved in this process, the major gains made, along with the less well achieved aspects. Finally, we will present proposals aiming to continue the work already undertaken, in order to contribute to the sustainability, development and consolidation of the achievements made.

Keywords: In-Service Teacher Training; General Secondary Education; East-Timor; Cooperation in Education



Résumé

Dans cet article, après une brève contextualisation des défis actuels dans le cadre de la formation continue, en général, au Timor-Oriental (TO) et de la (re) qualification des professeurs de l'Enseignement Secondaire Général (ESG), en particulier, nous présenterons brièvement le Projet de Formation Initiale et Continue d'Enseignants (PFICP), mettant l'accent sur le travail accompli dans le cadre de l'ESG. Concernant celui-ci, nous expliciterons les lignes d'action qui ont été tracées en fonction des objectifs fixés et des difficultés diagnostiquées, le travail effectué par les formateurs portugais de 14 disciplines du curriculum de l'ESG impliqués dans ce processus, les principaux bénéfices obtenus, ainsi que les aspects les moins bien réussis. Enfin, nous présenterons des propositions visant à poursuivre les travaux déjà entrepris dans le but de contribuer au développement durable et à la consolidation des résultats atteints.

Mots-clés: Formation Continue d'Enseignants; Enseignement Secondaire Général; Timor Oriental; Coopération en Éducation

Introdução

A formação contínua de professores, constituindo-se universalmente como uma exigência do mundo moderno, adquire uma relevância particular em países como Timor-Leste (TL), que, na sequência de crises políticas, económicas e/ou sociais, se veem confrontados com acrescidos desafios no que se refere à implementação de um sistema de ensino-aprendizagem de qualidade que permita, entre outros aspetos e em última instância, contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade do País, assim como para a afirmação e a autonomia do seu povo.

Com efeito, como resultado não apenas de um reduzido (e enviesado) investimento em Educação durante os períodos de ocupação portuguesa e indonésia, mas sobretudo dos eventos ocorridos após a divulgação dos resultados do referendo de 30 de agosto de 1999 (os quais levariam TL à proclamação da Restauração da Independência a 20 de maio de 2002) – TL viu-se confrontado com o total colapso do seu sistema educativo, caracterizado por uma destruição massiva das infraestruturas escolares, pela ausência de currículos próprios e quaisquer outros recursos didáticos que pudessem orientar o processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, pela quase completa dissipação do seu corpo docente (PNUD, 2002: 50-52; Jerónimo, 2011: 44-45; Martins & Ferreira, 2015: 401). Na verdade, se, por um lado, a maior parte do corpo docente (de origem indonésia e/ou timorense pró-integracionista) abandonou o país na sequência dos resultados do referendo, por outro aqueles que ficaram no País apresentavam, na generalidade, uma insuficiente preparação científica e pedagógica para o desempenho das funções (ME-RDTL, 2011: 142; ME-RDTL, 2012: 6-9).

A necessidade de garantir o funcionamento mínimo das escolas no período pós-conflito levou a que as autoridades timorenses se vissem na contingência de recrutar, para o desempenho de funções docentes nos diversos níveis de escolaridade, pessoas alfabetizadas que estivessem disponíveis para o ensino, mesmo que não possuissem as qualificações necessárias. Consequentemente e não obstante as oportunidades de formação inicial e contínua entretanto desenvolvidas pelos sucessivos governos, após 2002, para dar resposta às inúmeras carências verificadas em termos de formação de professores (Jerónimo, 2011), verificava-se ainda, em finais de 2011, a existência de um



número elevado de docentes em exercício que não possuía as qualificações e as competências mínimas necessárias ao desempenho de tais funções. Mais concretamente, e tendo por referência o disposto no Estatuto da Carreira Docente (ECD) (DL n.º 23/2010) relativamente às qualificações exigidas aos docentes do Ensino Básico (EB) e do Ensino Secundário (ES) para o exercício da sua profissão, verifica-se que, dos cerca de 12000 docentes do sistema em funções nestes ciclos de ensino em finais de 2011, apenas 2000 tinham acedido à carreira docente, reunindo as condições mínimas necessárias (ME-RDTL, 2012: 8-9).

Não sendo possível, a curto e médio prazo, apenas através da formação inicial de professores, resolver este problema estrutural da criação de quadros devidamente qualificados para a docência, não resta, pois, a TL outra solução que não seja um forte investimento na formação contínua dos seus atuais efetivos.

Foi neste contexto e tendo por referência os objetivos definidos no Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030 (ME-RDTL, 2011), que o IV Governo da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) deu início, através do estabelecimento de um protocolo entre o seu Ministério da Educação e o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português, ao **Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP)**, um programa de formação de professores implementado no triénio 2012-2014, que teve como objetivo geral apoiar a reconstrução do sistema educativo do País e a consolidação da Língua Portuguesa (LP) como língua de escolarização. Apresentava como objetivos específicos o reforço da formação: i) dos docentes timorenses dos vários graus de ensino em LP, nas vertentes científica, pedagógica e didática; ii) de futuros professores timorenses dos 1.º e 2.º ciclos; iii) dos formadores timorenses que compõem a Bolsa Nacional de Formadores do INFORDEPE¹; iv) dos docentes timorenses no âmbito do desenvolvimento curricular (ME-RDTL, 2012: 20).

Neste artigo, centrar-nos-emos numa das vertentes do projeto, a formação contínua de professores, em particular no trabalho desenvolvido no âmbito da formação e acompanhamento de professores na implementação do Novo Currículo do ESG. Partindo de uma referência aos principais desafios que a formação de professores para este nível/ciclo de ensino encerra em TL, apresentaremos, de seguida, as linhas de ação definidas para o programa de formação, tendo em vista o cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos e a superação das dificuldades entretanto diagnosticadas. Descreveremos então o trabalho desenvolvido pelos formadores portugueses de 14 disciplinas integrantes do Currículo do ESG envolvidos neste processo, os principais ganhos obtidos, assim como os aspetos menos bem conseguidos. Por fim, apresentar-se-ão propostas que visam a continuidade do trabalho realizado, por forma a garantir-se a sustentabilidade, o desenvolvimento e a consolidação dos resultados alcançados.

Desafios no âmbito da formação de professores do ESG

As necessidades de formação contínua de professores em TL derivam, essencialmente, das carências em relação à Formação Inicial dos docentes, das suas lacunas em termos de competências linguístico-comunicativas em Português e dos objetivos do Novo Currículo do ESG.

Com feito, e muito embora não existam dados oficiais para fundamentar estatisticamente as informações aqui apresentadas, é consensual, na sociedade timorense e parecer de responsáveis educativos, afirmar-se que um número elevado dos professores em exercício nas Escolas do ESG

¹ Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação.



de TL não reunia, em finais de 2011, as condições necessárias para a docência (DL n.º 23/2010), designadamente:

- a) as **qualificações profissionais mínimas necessárias para o nível de ensino em que lecionam**, i.e., Licenciatura

Apresentamos, a título ilustrativo, resultados de uma análise que efetuámos dos dados da lista provisória de formandos de um curso intensivo de formação de professores do ESG², realizado entre 4 de novembro e 15 de dezembro de 2013.

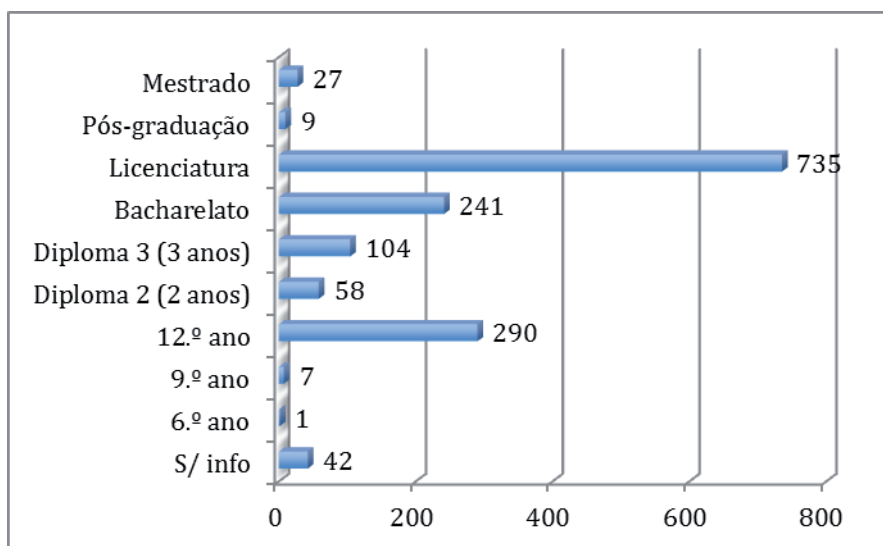


Gráfico 1 – Qualificações dos professores do ESG admitidos ao curso intensivo de formação de novembro-dezembro de 2013

Como podemos ver, para além da ausência de informação sobre a formação académica de um número razoável de docentes (42), verifica-se que, dos 1514 formandos previstos para a frequência deste curso, apenas 771 estariam legalmente aptos para lecionarem no ES. Ou seja, 47,6% dos docentes possuíam qualificações iguais ou inferiores ao Bacharelato³, destacando-se, neste grupo, um número relevante (41,4%) de docentes com apenas o 12.º ano e alguns casos, felizmente já raros, de professores com habilitações ao nível do EB (um docente com o 6.º ano e sete com o 9.º ano).

² Dados fornecidos à Coordenação do PFICP pelo INFORDEPE, que, por sua vez, se baseou em dados dos Recursos Humanos do ME-RDTL. A lista provisória é constituída pelos 1514 docentes que cumpriam os requisitos mínimos para a frequência do curso. Esta amostra de professores não poderá, pois, ser considerada representativa.

³ Os Diplomas 2 e 3 referem-se a Estudos Pós-Secundários do Sistema Educativo Indonésio que conferem Diplomas Profissionais de acordo com o número de anos de formação (neste caso 2 e 3 anos, respetivamente) – cf. <https://www.nuffic.nl/en/library/education-system-indonesia.pdf>.



b) domínio comprovado das línguas oficiais

Não obstante o previsto na Constituição de TL e na Lei de Bases do Sistema Educativo – documentos nos quais a LP e a Língua Tétum são apresentadas como línguas oficiais e de instrução –, verificam-se, frequentemente, nos docentes sérias lacunas sobretudo no domínio da LP, oral e escrita. Esta questão, compreensível do ponto de vista da história recente de TL (24 anos de ocupação indonésia, caracterizada pela proibição do uso da LP), adquire contornos particulares no ES, visto que uma grande parte do corpo docente deste ciclo de ensino é constituída por professores que nasceram e/ou foram formados no período de ocupação indonésia. Como podemos ver no Gráfico 2 (referente à lista provisória de formandos do curso supramencionado), 1322 (87,3%) dos docentes nasceram entre 1966 e 1985, correspondendo, pois, às gerações a quem foi interdito o uso da LP.

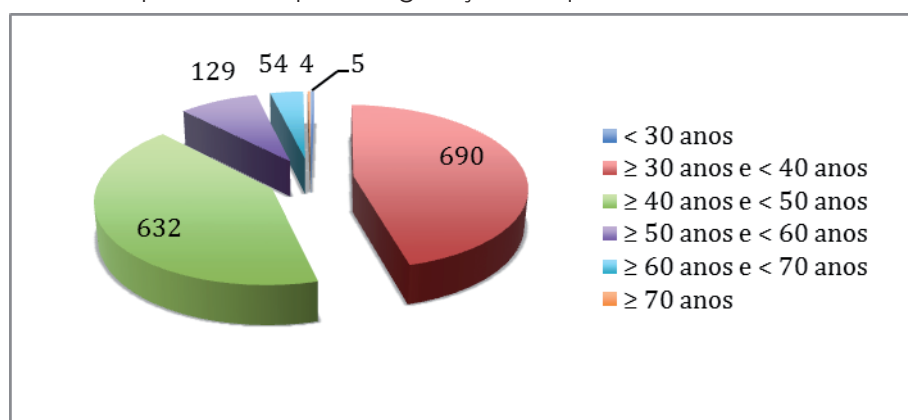


Gráfico 2 – Idade dos professores do ESG admitidos ao curso intensivo de formação de novembro-dezembro de 2013

Mesmo após as sucessivas tentativas do Governo Timorense, nomeadamente em parceria com a Cooperação Portuguesa, no sentido de se debelarem as dificuldades dos docentes em relação ao domínio da LP (ex.: através dos Programas de Reintrodução e de Consolidação da LP, implementados entre setembro de 2000 e dezembro de 2011) e de alguns avanços já realizados neste domínio, podemos ainda constatar a dificuldade dos docentes do ESG em utilizar a LP como língua veicular e língua de instrução em sala de aula⁴.

c) conhecimento técnico-científico na respetiva área e grau de ensino

Para além dos problemas que decorrem da ausência de qualificações mínimas para a docência a que aludimos no ponto a), outras questões comprometem também o desempenho dos docentes em termos técnico-científicos. Destacaremos, neste ponto, dois aspetos.

⁴ O INFORDEPE promoveu, de 2011 a 2014, a realização de um Exame de Certificação de Competências em LP, com o objetivo de atestar as competências dos docentes nesta língua. Os resultados obtidos nas quatro edições do exame (de nível B2, de acordo com o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, 2001) ilustram as carências a este nível: 29% de aprovações em 2011 (362 em 1256 docentes); 13%, em 2012 (218 em 1735 docentes); 43%, em 2013 (72 em 167 docentes); 37%, em 2014 (35 em 95 docentes).



Por um lado, a escassez de professores face ao elevado número de alunos que se verificam em muitas escolas de TL faz com que um docente possa não só ter de lecionar mais do que uma disciplina no mesmo ciclo (disciplinas nem sempre cientificamente relacionadas entre si – ex.: Matemática e Tétum), como, por vezes, assumir a lecionação de uma ou várias disciplinas em, pelo menos, dois ciclos de ensino, problema agravado ainda pela dimensão excessiva das turmas, em muitas escolas. Para além disso, a falta de estabilidade do corpo docente timorense (fruto, por exemplo, da ausência temporária de professores do território para frequentarem cursos/pós-graduações/estágios no estrangeiro e do abandono da profissão para assumir outros cargos mais bem remunerados) dá também origem a constantes flutuações na distribuição do serviço docente nas escolas, de um ano letivo para o outro (ou mesmo durante o mesmo ano letivo). Assim, um professor que leccione, por exemplo, História e Geografia no ESG num determinado ano letivo, pode ter de assumir funções docentes noutras áreas disciplinares e/ou ciclo de ensino no ano letivo seguinte, por imposição de serviço⁵.

Por outro, a ausência de currículos próprios para os diferentes ciclos de ensino – no caso do ESG, o novo Plano Curricular só foi aprovado em 2011, sendo que os novos Programas só começaram a ser implementados, faseadamente, em 2012 (10.º ano, em 2012, 11.º ano, em 2013, 12.º ano, em 2014), com sucessivos atrasos e insuficiências na distribuição dos Manuais do Aluno (MA) e Guias do Professor (GP) nas escolas –, associada ao “impacto limitado” das ações de formação contínua dinamizadas até 2010 (ME-RDTL, 2011: 142), levaram a que poucos progressos se verificassem na especialização científica e técnica dos docentes em exercício.

Assim, muitos docentes continuam a manifestar dificuldades, entre outros aspetos, no domínio, seleção e organização lógica dos conteúdos a lecionar, na utilização dos recursos didáticos disponíveis e na conceção de materiais didáticos que, respeitando as orientações programáticas, se adequem não só às necessidades dos seus alunos, como também à realidade que os rodeia (DL n.º 23/2010).

d) competências pedagógicas

Ainda que já exista um número notável de docentes do ESG com Licenciatura, Pós-graduação ou até Mestrado (cf. ponto a), a título de exemplo), continuam a verificar-se transversalmente dificuldades nos professores no domínio das competências pedagógicas. Efetivamente, não só como resultado de práticas muito enraizadas no sistema de ensino-aprendizagem timorense, mas também das dificuldades que subsistem ao nível da formação inicial e pós-graduada na área da Educação – no sentido de alterar os paradigmas pedagógicos vigentes nos diversos níveis de ensino em TL –, e ainda do facto de alguns dos cursos de formação inicial e pós-graduações a que aludimos acima são serem na área da Educação, mas sim de áreas afins (não oferecendo, portanto, formação específica a nível pedagógico-didático), continuam a ser recorrentes as práticas de ensino centradas no professor, que utiliza essencialmente um método de ensino expositivo, focado na explicitação/memorização de conteúdos, com recurso a um número reduzido e nem sempre adequado de estratégias de ensino-aprendizagem e/ou materiais didáticos (neste caso, porque inexistentes), sem qualquer planificação prévia, com repercussões graves relativamente à avaliação dos conhecimentos e competências dos alunos.

⁵ A distribuição do serviço docente nas escolas é da responsabilidade do Diretor. Verifica-se, frequentemente, que esta é feita sem atender às habilitações académicas dos professores ou a qualquer fundamento de ordem científica, pedagógica e/ou linguística.



Importa, neste sentido, auxiliar os docentes a tomar consciência da heterogeneidade do seu público-alvo e, em função das metas definidas para cada ciclo/ano/disciplina, desenvolver e implementar planos de ação que, alicerçados em métodos de ensino e em sistemas de avaliação promotores de um efetivo envolvimento do aluno no processo de aprendizagem, possam garantir o sucesso das aprendizagens dos estudantes. Para tal, é também fundamental que o professor seja capaz de estabelecer padrões de disciplina e dinâmicas de interação em sala de aula que promovam um ambiente de ensino-aprendizagem saudável e eficaz (DL n.º 23/2010).

e) ética profissional

Neste ponto, os desafios no âmbito do ESG não diferem muito do restante corpo docente em TL. Tal como pudemos observar diretamente e se encontra descrito em alguns documentos do ME-RDTL (cf. GPDMA, 2014: 14, 34) e em estudos sobre a formação de professores (Jerónimo, 2011), os principais problemas nesta área referem-se aos fracos índices de assiduidade e pontualidade dos docentes e a uma certa dificuldade, por parte de alguns professores, em dar cumprimento a diretivas do ME-RDTL, tais como a elaboração de planos de aula ou a implementação efetiva dos novos currículos. Esta situação aponta para a necessidade de se desenvolver nos docentes uma melhor compreensão e uma maior consciência dos princípios fundamentais, das normas deontológicas e dos direitos e deveres inerentes ao exercício da sua profissão (DL n.º 23/2010).

A estes desafios, mais relacionados com a formação/qualificação dos docentes, acrescem outros dois que merecem uma breve alusão, pelo impacto que têm no desempenho dos professores e pelas exigências adicionais que colocam, também, em termos de formação: i) o novo Currículo do ESG; ii) as condições das infraestruturas escolares e (d)os recursos materiais disponíveis.

Quanto ao **novo Currículo do ESG**⁶, em vigor desde 2012, consiste num desafio acrescido para os docentes, entre outros, pelos seguintes fatores:

- pela novidade da própria estrutura do Plano Curricular e pela lógica organizativa inerente à sua implementação (ex.: as duas vias de formação, "Ciências e Tecnologias" ou "Ciências Sociais e Humanidades", a optar pelos alunos no final do EB, a carga horária atribuída às disciplinas, as metas estabelecidas para cada ciclo/ano, por disciplina);
- pelo facto de este Plano apresentar disciplinas novas, para as quais os professores em TL não tinham, à data, formação específica (ex.: Geologia), ou por congregar, em disciplinas com designações novas, conteúdos anteriormente lecionados em disciplinas distintas (ex.: a Economia e Métodos Quantitativos conjuga conteúdos de "Economia" e "Matemática");
- por este Novo Currículo pressupor alterações profundas em termos de metodologias de ensino nas diversas disciplinas;
- pelo facto de todos os materiais (Programas, MA e GP) – excetuando a disciplina de Inglês – estarem redigidos em Português, o que, como já vimos, constitui uma dificuldade acrescida para muitos professores.

⁶ O novo Currículo do ESG é o resultado do Projeto de Reestruturação Curricular do Ensino Secundário Geral em Timor-Leste, desenvolvido entre janeiro de 2010 e março de 2013, sob a coordenação de Isabel P. Martins e Ângelo Ferreira, no âmbito do qual não apenas foi concebido o Plano Curricular para o ESG (10.º, 11.º e 12.º anos), como também foram elaborados os Programas, MA e GP para cada um dos três anos, para cada uma das 14 disciplinas que constituem o Plano Curricular. Cf. <http://www.ua.pt/esgtimor/>.



A estas novidades intrínsecas ao novo Currículo do ESG, acrescem ainda dois factos com repercussões ao nível da formação contínua de professores:

- a) o facto de não se ter proporcionado um desfasamento entre a formação e a implementação do Novo Currículo do ESG, por forma a dar tempo aos professores de se inteirarem das novas diretrizes e dos novos materiais e de se prepararem para a sua utilização, antes de passarem à ação; tendo o Novo Currículo sido introduzido em 2012, só neste ano os docentes puderam receber formação sobre os Programas e recursos didáticos disponibilizados, e em momento avançado do ano letivo;
- b) a distribuição tardia e em número reduzido dos Programas e recursos didáticos (MA e GP) ao longo de todo o processo de implementação do novo Currículo (2012-2014) (em 2012, os recursos didáticos do 10.º ano foram distribuídos às escolas tardiamente (abril-maio) e de forma irregular; em 2013, os materiais do 11.º ano não foram sequer distribuídos; só em 2014 a entrega dos MA e dos GP, dos 11.º e 12.º anos, foi feita atempadamente, apesar de se continuarem a verificar irregularidades e insuficiências na sua distribuição).

Quanto às **condições das infraestruturas escolares e (d)os recursos materiais disponíveis**, importa mencionar que a ausência de infraestruturas com as condições mínimas necessárias ao cumprimento das alterações curriculares preconizadas acaba por ter, inevitavelmente, consequências ao nível da formação de professores. Efetivamente, a ausência de salas de aula e de mobiliário adequado e em número suficiente ao público-alvo e à carga horária prevista, de laboratórios de ciências e multimédia devidamente equipados, de bibliotecas com espólios ricos e diversificados, etc., condiciona a implementação do que se encontra previsto no Plano Curricular a diversos níveis, causando desmotivação e descrença nos formandos em relação à aplicabilidade do que é abordado na formação.

Na secção seguinte, apresentamos o programa de formação contínua do ESG que, de 2012 a 2014, procurou dar resposta aos desafios acima referidos.

Formação Contínua em Timor-Leste no contexto do ESG – o PFICP

Tendo por base os objetivos gerais e específicos do PFICP enunciados anteriormente, foi definido um programa de formação inicial e contínua de professores que, envolvendo 136 docentes/formadores portugueses em 2012, 121 em 2013 e 95 em 2014, teve como missão o desenvolvimento das seguintes atividades:



Esquema 1 – Atividades do PFICP

Neste artigo, reportar-nos-emos apenas à **atividade 4 do PFICP**, cuja coordenação e supervisão científica e pedagógica foi da responsabilidade da Universidade de Aveiro (UA). Esta atividade, tendo como finalidade última a implementação efetiva dos Novos Programas do **ESG**, visava essencialmente a atualização e o aprofundamento de conhecimentos por parte dos professores do ESG de diferentes áreas científicas, através do reforço de competências científicas e pedagógicas em 14 áreas disciplinares (cf. Tabela 1), e do acompanhamento da implementação dos Novos Programas e do uso adequado dos respetivos recursos didáticos (MA e GP).



Componente	Disciplina
Geral	Português
	Inglês
	Cidadania e Desenvolvimento Social (CDS)
	Tecnologias Multimédia (TM)
Ciências Sociais e Humanidades	Geografia
	História
	Temas de Literatura e Cultura (TLC)
	Sociologia
	Economia e Métodos Quantitativos (EMQ)
Ciências e Tecnologias	Física
	Química
	Biologia
	Matemática
	Geologia

Tabela 1 – Disciplinas do ESG

As funções a desempenhar pelos 14 formadores portugueses adstritos a esta atividade (um formador por cada área disciplinar) consubstanciar-se-iam em duas atividades principais: i) na formação de formadores; ii) na supervisão da formação de professores realizada pelos formadores anteriormente preparados.

No âmbito da **Formação de Formadores**, era expectável (cf. ME-RDTL, 2012), que cada um dos 14 formadores portugueses formasse 5 formandos/formadores – um por cada região de TL (Baucau, Díli, Oecusse, Bobonaro e Manufahi) –, no que se refere não só aos novos conteúdos programáticos de cada uma das disciplinas em causa, como também em relação a questões pedagógico-didáticas e de avaliação específicas de cada uma das áreas científicas dos professores e/ou transversais a diferentes (grupos de) disciplinas.

Esta formação, que acompanharia a implementação faseada do Novo Currículo, seria, num primeiro momento, realizada de forma intensiva, evoluindo, posteriormente, para um modelo de formação menos intensiva, que permitisse aos formadores timorenses, paralelamente à formação de formadores em curso, realizar visitas semanais a escolas de diversos distritos para observarem *in loco* se os conteúdos ministrados nas formações estariam ou não a ser trabalhados corretamente. Estas visitas, realizadas sob a supervisão dos formadores portugueses, teriam, pois, também um objetivo formativo para os próprios formadores.

Quanto à **Formação de Professores**, estava previsto que os momentos de paragem letiva das escolas (abril, agosto e dezembro), os 5 formadores timorenses a trabalhar diretamente com os formadores portugueses ministrariam, então, nas 5 regiões de TL, formação no âmbito dos Novos Programas do ESG.

Tal como em relação à Formação de Formadores, estes cursos intensivos de formação incidiriam



em conteúdos programáticos de diferentes anos de escolaridade, acompanhando, pois, a implementação faseada do Novo Currículo.

Os 14 docentes portugueses teriam como tarefas o acompanhamento e a supervisão da formação ministrada pelos 70 formadores timorenses previamente preparados para o efeito.

O modelo de formação previsto pretendia, assim, dar cumprimento a uma das principais premissas deste projeto: garantir uma progressiva apropriação, por parte de TL, do processo de formação contínua dos seus docentes, designadamente através do reforço da formação de formadores locais.

Fatores de ordem externa ao PFICP⁷, assim como o diagnóstico da realidade timorense no que se refere às necessidades formativas mais prementes dos docentes, levaram a Coordenação do PFICP a proceder a sucessivos ajustes ao modelo de formação previsto, por forma a dar resposta às necessidades mais imediatas dos formandos, sem nunca deixar de ter em vista o cumprimento do estipulado no Protocolo de Cooperação.

Deste modo, para além dos dois tipos de Programas de Formação (de Formadores e de Professores) previstos (desenvolvidos de 2012 a 2014), foi ainda implementado, em 2013 e 2014, um Programa de Apoio Pedagógico nas escolas do ESG, que pretendeu, essencialmente, fazer um acompanhamento mais direto dos docentes em exercício, contribuindo, assim, para uma efetiva implementação do Novo Currículo no maior número de estabelecimentos de ensino possível.

Apresentaremos, de seguida, as atividades desenvolvidas em cada uma destas vertentes de formação contínua e apoio pedagógico.

Formação de Formadores no ESG

Tal como previsto, delineou-se um Programa de Formação de Formadores faseado, no qual a cada ano letivo correspondeu o ano de escolaridade do Novo Plano Curricular que estava a ser, pela primeira vez, introduzido nas escolas do ESG de TL. Deste modo, a formação ministrada pelos formadores portugueses aos formandos/formadores timorenses incidiu nos conteúdos curriculares do 10.º ano de escolaridade, em 2012, do 11.º ano, em 2013, e do 12.º ano, em 2014.

As formações realizadas tiveram por base a análise dos diferentes Documentos Curriculares em vigor e, em particular, a articulação entre os Programas das diferentes disciplinas e os recursos didáticos disponíveis (o MA e o GP), procurando-se analisar de que forma as diretrizes e orientações apresentadas nos Programas se podem concretizar em sala de aula através do recurso aos referidos materiais. Nesta exploração dos recursos, concedeu-se particular atenção ao GP, por ser desconhecido dos docentes e, nesse sentido, apresentar dificuldades acrescidas.

Numa primeira fase (primeira Formação de Formadores, em 2012), atendendo ao facto de que os docentes do ESG não tinham tido praticamente contacto com o Novo Plano Curricular e com os novos recursos didáticos, os objetivos centraram-se sobretudo em explicitar aos formandos/

⁷ Dos fatores externos ao PFICP que determinaram a consecução dos objetivos do Projeto, destacamos: a chegada tardia dos docentes portugueses a TL, em 2012 e 2013; a inexistência de alojamento e viaturas suficientes que permitissem dar cumprimento às atividades de supervisão previstas em alguns distritos; a falta de dispensa parcial de serviço letivo dos formadores timorenses para se poderem dedicar à formação/supervisão; as alterações ao calendário escolar em 2013, que originaram o constante reagendamento dos cursos.



formadores as principais mudanças trazidas pela Reestruturação Curricular no ESG, em dar-lhes a conhecer os Programas das disciplinas, os MA e os GP, e em fazê-los compreender como estes documentos/recursos se articulam entre si, explorando e analisando conteúdos do 10.º ano de escolaridade, de cada uma das 14 disciplinas do Currículo.

Nas formações seguintes (segundo momento de formação de 2012 e durante os anos letivos de 2013 e 2014), os objetivos centraram-se, para cada disciplina, essencialmente na exploração dos conteúdos programáticos relativamente aos respetivos anos de escolaridade, na planificação de aulas de acordo com as diretrizes enunciadas nos novos documentos curriculares, na exploração exaustiva dos recursos didáticos disponíveis (MA e GP) e na reflexão sobre o contributo das alterações introduzidas (com a nova Reestruturação Curricular), do ponto de vista metodológico, para o desempenho da atividade profissional dos professores.

Tendo em consideração as dificuldades dos professores em relação aos conteúdos dos novos Programas, optou-se por se dar primazia às componentes científica e pedagógico-didática da formação, tendo-se relegado para um segundo plano as questões referentes à avaliação. Em relação à componente pedagógico-didática, não obstante pontuais incursões teóricas sobre o assunto, optou-se essencialmente por expor os formandos/formadores a modelos de formação/ ensino e a estratégias de ensino-aprendizagem inovadoras, servindo, pois, as práticas do(a) formador(a) português(a) como exemplo a seguir pelos formandos (salvaguardando as diferenças entre ensinar professores e ensinar alunos).

O quadro seguinte sintetiza a Formação de Formadores realizada.

QUADRO SÍNTESE I – FORMAÇÃO DE FORMADORES [2012-2014]

- **Descrição da Atividade:** Formação de Formadores no âmbito da implementação do Novo Currículo do ESG – interpretação e uso dos respetivos Programas, MA e GP.
- **Objetivo:** Constituir uma bolsa de formadores no âmbito do Novo Currículo do ESG, por forma a disseminar o Currículo, os Programas, os MA e os GP junto dos docentes deste nível de ensino nas escolas públicas.
- **Docentes do PFICP:** 14 formadores do ESG.
- **Formandos:** 88, em 2012; 102, em 2013; 84, em 2014.
- **Horas de formação:** média de 431 horas por disciplina (nos três anos), num total de 6034 horas.
- **Local:** Díli.

	2012	2013	2014
Docentes do PFICP	14	14	14
Formandos	• 173 (julho) • 88 (outubro-novembro)	106 -> 102	91 -> 84
N.º total de horas	120h/ disciplina (1680h)	108h/ disciplina (1512h)	203h/ disciplina (2842h)
Local	Díli	Díli	Díli
Período	• 30.07.12 – 03.08.12 • 08.10.12 – 30.11.12	12.08.13 – 18.10.13	05.05.14 – 27.11.14

Tabela Síntese – Formação de Formadores do ESG



Em finais do 2014, em virtude de não ter sido possível concretizar-se o Curso de Formação de Professores de dezembro, a Coordenação do PFICP, atendendo às dificuldades evidenciadas pelo grupo de formadores do ESG relativamente ao domínio da LP e do Inglês (no caso dos formadores de Inglês), tomou a decisão de planificar e implementar dois **cursos complementares de Formação de Formadores**, os quais tiveram lugar entre 01 e 12 de dezembro: 1) o Curso de Aperfeiçoamento de Competência de LP; 2) o Curso Avançado de Língua e Cultura Inglesas.

Com esta atividade procurou-se, então, colmatar algumas das dificuldades identificadas pelos supervisores dos formadores timorenses, munindo-os das ferramentas linguístico-comunicativas (e culturais) necessárias ao desempenho das suas funções quer como professores quer como formadores.

QUADRO SÍNTESE II – CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE COMPETÊNCIAS [2014]

- **Descrição da Atividade:** Curso de Aperfeiçoamento da Competência de LP e Curso Avançado de Língua e Cultura Inglesas para formadores do ESG..
- **Objetivo:** Fornecer ferramentas linguísticas e comunicativas (e culturais) necessárias ao desempenho da função dos formadores do ESG em LP e em Inglês.
- **Docentes do PFICP:** 10 formadores do ESTV e 1 formadora de Inglês do ESG.
- **Formandos :** 77 formadores timorenses do ESG.
- **Horas de formação:** 36 horas/turma, num total de 216 horas.
- **Local:** Díli.

	2014
Docentes do PFICP	10 docentes do ESTV e 1 docente do ESG
N.º de formandos	77
N.º total de horas	216h
Local	Díli
Período	01-12.12.14

Tabela Síntese – Aperfeiçoamento de Competências em LP e Inglês

(Supervisão da) Formação de Professores no ESG

A segunda tarefa do grupo de Formadores portugueses do ESG consistia no acompanhamento e supervisão da formação ministrada pelo grupo de formadores que frequentou os cursos de Formação de Formadores anteriormente apresentados. Estes cursos ocorreriam, à partida, nas 5 regiões de TL, nos momentos de paragem letiva das escolas e, tal como em relação à Formação de Formadores, estes cursos intensivos de formação incidiriam em conteúdos programáticos de diferentes anos de escolaridade, acompanhando, anualmente, a implementação faseada do Novo Currículo.



Pelos fatores referidos anteriormente, nem sempre estas formações aconteceram como previsto no Documento de Projeto, tendo sido sempre necessário proceder a alguns ajustes e adaptações ao modelo inicialmente delineado.

Sendo o nosso principal objetivo, nesta atividade, avaliar o desempenho dos formadores timorenses do ESG, por forma a redirecionar/afinar a nossa atuação ao nível da Formação de Formadores e a proceder à contínua seleção dos melhores perfis para o desempenho do cargo de formadores, concebemos, para o efeito, uma ficha de observação, através da qual procurámos recolher evidências do desempenho dos formadores a nível científico, metodológico e comportamental.

Do ponto de vista da Formação de Professores, esta cumpriu, essencialmente, os seguintes objetivos: i) levar os docentes a compreender os conteúdos programáticos da respetiva disciplina dos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade; ii) preparar os docentes para o trabalho de conteúdos em sala de aula, nomeadamente através da planificação de aulas de acordo com as diretrizes enunciadas nos novos documentos curriculares; iii) levar os professores a refletir acerca do contributo das alterações introduzidas (com a Reestruturação Curricular) do ponto de vista metodológico para o seu desempenho da atividade profissional.



QUADRO SÍNTESE III – (SUPERVISÃO DA) FORMAÇÃO DE PROFESSORES [2012-2014]

- **Descrição da Atividade:** (Supervisão da) Formação de Professores no âmbito da implementação do Novo Currículo do ESG e do uso dos respetivos Programas, MA e GP.
- **Objetivo (Formação):** disseminar o Currículo, os Programas, os MA e os GP junto dos docentes deste nível de ensino nas escolas públicas.
- **Objetivos (Supervisão):** apoiar os formadores timorenses no desenvolvimento das atividades de formação; avaliar a prestação dos formadores, tendo em conta um conjunto de parâmetros definidos para o efeito.
- **Docentes do PFICP:** 14 formadores (supervisores) do ESG.
- **Formadores timorenses:** 87 (2012), 93 (2013), 86 (2014).
- **Formandos:** cerca de 1050 professores.
- **Horas de formação:** 310 horas de formação/disciplina, num total de 4340 horas.
- **Local:** capitais de distrito e nos polos de Baucau, Díli, Maliana e Same (2012); Díli (2013); Bacau, Díli e Same (2014).

	2012	2013	2014*
Conteúdos	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Docentes do PFICP	14	14	14
N.º de formadores	• 173 + 14 (PFICP) (agosto) • 87 (dezembro)	93	86
N.º de formandos	s/d + 205 s/d	1035	1049
N.º total de horas	100h/ disciplina (1400h)	168h/ disciplina (2352h)	42h/ disciplina (588h)
Local	• Capitais de distrito • Baucau, Díli, Maliana, Same	Díli	Baucau, Díli, Same
Período	• 06-17.08.12 • 03-15.12.12	04.11.13 – 14.12.13	11-16.08.14

Tabela Síntese – Formação de Professores do ESG

* A formação prevista para dezembro de 2014 não ocorreu por falta de verba do ME-TL.

Apoio pedagógico nas Escolas Secundárias Gerais

Não estando previsto que os docentes portugueses do PFICP prestassem apoio pedagógico direto aos professores do ESG nas diferentes escolas do País, a Coordenação-Adjunta Científico-Pedagógica entendeu, após o primeiro ano de Projeto, delinear um plano de intervenção neste âmbito.

Na base desta iniciativa esteve, por um lado, o reconhecimento de que o apoio pedagógico direto aos docentes nas escolas era condição *sine qua non* para a implementação do Novo Currículo (constatação feita com base nos dados recolhidos nos Cursos de Formação e nas visitas realizadas



às escolas pelos formadores portugueses, em 2012), e, por outro, a impossibilidade, por questões de ordem financeira, logística e de recursos humanos (o facto de os formadores timorenses do ESG não estarem em regime de exclusividade no Projeto ou, pelo menos, com redução de carga letiva), de se implementar a supervisão direta em todas as escolas do ESG, como previsto.

Assim, tendo como principal finalidade garantir o acompanhamento da implementação do Novo Currículo do ESG, delineou-se um programa de Apoio Pedagógico a aplicar em várias escolas públicas e privadas de TL, que, em Díli, ficou a cargo dos 14 docentes do ESG, sendo que nos restantes distritos foram destacados docentes da Atividade 5 (ESTV), para dar cumprimento ao plano de intervenção⁸.

Algumas das principais tarefas desenvolvidas pelos formadores do PFICP neste âmbito foram:

- a apresentação e o esclarecimento de dúvidas sobre os novos documentos curriculares e recursos didáticos aos membros da comunidade escolar;
- o esclarecimento de dúvidas sobre os conteúdos programáticos do Novo Currículo, fazendo a necessária articulação e transposição entre conteúdos do Currículo Transitório e os conteúdos dos Novos Programas (nas diferentes áreas disciplinares);
- o apoio à planificação de aulas, à elaboração de materiais didáticos e a instrumentos de avaliação diversificados;
- a observação de aulas e a consequente reflexão pós-ação, com o intuito de corrigir e orientar o desempenho dos docentes;
- o apoio à elaboração e revisão de exames nacionais e locais;
- o apoio à planificação, implementação e avaliação do impacto de atividades experimentais no desenvolvimento de competências nos alunos, nomeadamente através da organização e dinamização de laboratórios (e clubes) de Ciências;
- o apoio à organização e dinamização de bibliotecas e laboratórios de línguas (no caso das bibliotecas, procurou-se, para além de tudo o resto, implementar um sistema de requisição de Manuais que permitisse a todos os alunos ter acesso aos materiais didáticos mínimos necessários).

Apresenta-se, seguidamente, o quadro síntese das atividades desenvolvidas neste âmbito.

⁸ A intervenção do grupo de docentes do ESTV ficou, em cada ano, dependente da sua disponibilidade, em função das atividades já assumidas no âmbito do ESTV.



QUADRO SÍNTESE IV – APOIO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DO ESG [2013 e 2014]

- **Descrição da Atividade:** Apoio Pedagógico em várias escolas públicas e privadas de TL, no âmbito da implementação do Novo Currículo do ESG e do uso dos respetivos Programas, MA e GP.
- **Objetivos:** apoiar os docentes na planificação de aulas e preparação dos respetivos materiais didáticos; apoiar os docentes na docência, através da implementação de um regime de codocência; implementar algumas das diretrizes dos programas das disciplinas de Ciências no que se refere a atividades laboratoriais (e.: através da dinamização de laboratórios e da criação/dinamização de clubes de Ciências); implementar algumas das diretrizes dos programas de línguas e literatura (disciplinas de Português, Inglês, TLC) relativamente à promoção da leitura (ex.: através da organização e dinamização de bibliotecas).
- **Docentes do PFICP:** 14 formadores do ESG e 11 docentes do ESTV.
- **Docentes timorenses:** 260 (2013); 310 (2014).
- **Horas de apoio pedagógico:** 6640,5 horas, contabilizando as várias disciplinas, em 2013 e 2014.
- **Escolas envolvidas:** 23, em 2013; 24, em 2014.
- **Local:** 4 distritos em 2013; 9 distritos em 2014.

	2013	2014
Escolas envolvidas	Díli (18); Covalima (1); Liquiçá (3); Viqueque (1) = 23	Aileu (2); Baucau (4); Covalima (1); Díli (8); Ermera (1); Liquiçá (2); Lautém (3); Manufahi (1); Viqueque (2) = 24
N.º de professores abrangidos	260	310
N.º total de horas	4437h	2203,5h
Período	ao longo do ano letivo	ao longo do ano letivo

Tabela Síntese – Apoio Pedagógico em Escolas do ESG

Balanço da intervenção do PFICP no âmbito do ESG

Este balanço alicerça-se, sobretudo, numa análise de conteúdo de vários documentos produzidos e/ou recolhidos ao longo do Projeto com o objetivo de monitorizar as ações desenvolvidas (folhas de presença; planificações, recursos didáticos e relatórios produzidos pelos formadores portugueses e formandos/formadores timorenses no âmbito dos Cursos de Formação de Formadores e de Professores; questionários de avaliação preenchidos pelos formandos timorenses nas diversas formações desenvolvidas; relatórios individuais de atividades dos docentes portugueses; etc.) e



também na observação direta que a Coordenação do PFICP realizou das atividades desenvolvidas, assim como no *feedback* de outros intervenientes neste processo formativo (ex.: os responsáveis do Gabinete de Formação Profissional e Contínua do INFORDEPE). A natureza da análise efetuada é, portanto, de cariz interpretativo, reportando-se, essencialmente, ao desempenho de formadores, formandos e professores das escolas no âmbito da implementação do Novo Currículo do ESG.

Globalmente, consideramos que os resultados obtidos nas diversas atividades acima descritas foram bastante positivos, tendo constituído excelentes oportunidades de desenvolvimento profissional para todos os intervenientes.

Na apresentação deste balanço, seguiremos os seguintes eixos de análise: i) o impacto da Formação de Formadores no desempenho dos formandos/formadores; ii) o impacto dos Cursos de Formação de Professores no desempenho dos professores do ESG; iii) o impacto do apoio pedagógico nas escolas do ESG; iv) impacto das várias ações na implementação do Novo Currículo; v) o modelo de formação implementado.

i) Impacte da Formação de Formadores no desempenho dos formandos/formadores

Relativamente aos docentes timorenses que constituíram a bolsa de formadores do ESG, constatamos, inicialmente (em 2012), não só uma (natural) resistência em relação às novas orientações curriculares e aos respetivos recursos didáticos – resistência consubstanciada em frequentes tentativas de comparação entre o Novo Currículo e o Currículo Transitório e numa certa desconfiança em relação a certas “matérias” a abordar em algumas disciplinas, assim como a metodologias sugeridas nos novos Programas –, como também uma acentuada estranheza relativamente ao modelo de formação em causa (uma formação de formadores intensiva e alargada no tempo). Contudo, à medida que a formação foi avançando, os formandos revelaram compreender os objetivos da mesma e a necessidade de se proceder a uma formação desta natureza para dar resposta às lacunas que sentiam a diversos níveis (científico, pedagógico e linguístico). Consequentemente, os primeiros sinais de resistência à mudança deram lugar a um espírito de abertura face às novidades introduzidas pelo novo Plano Curricular e a uma franca receptividade dos formandos/formadores relativamente à aquisição de novos conhecimentos e ao desenvolvimento de novas competências.

Como corolário do trabalho desenvolvido ao nível da Formação de Formadores ao longo do triénio, puderam observar-se no desempenho dos formandos/formadores timorenses evoluções assinaláveis a vários níveis, dos quais destacáramos:

- a maior propriedade e segurança com que, em 2014, trabalhavam e articulavam os diferentes documentos curriculares (Plano Curricular, Programa) e recursos didáticos ao seu dispor (MA e GP);
- maior competência e rigor científico na abordagem dos conteúdos e na utilização de linguagem científica específica (revelando maior segurança em relação aos conhecimentos adquiridos, os formadores foram paulatinamente manifestando menos imprecisões científicas);
- maior rigor no cumprimento da planificação predefinida e na condução da formação (i.e., na gestão do tempo, na explicitação das atividades a realizar e na articulação entre os diferentes momentos das sessões de formação);
- evolução em termos metodológicos, nomeadamente na diversificação de estratégias de



ensino-aprendizagem (muitas vezes, reproduzindo os modelos aos quais estiveram expostos durante a Formação de Formadores);

- maior capacidade na gestão das interações em sala de aula (ex.: aproveitamento pedagógico das intervenções dos formandos), manifestando igualmente uma maior capacidade na gestão de situações imprevistas, um maior dinamismo e espírito de iniciativa;
- melhorias em termos de autoconfiança, segurança e espírito de liderança (consubstanciada numa redução drástica no recurso ao supervisor para esclarecer/resolver problemas colocados pelos formandos, revelando maior autonomia dos formadores timorenses em relação ao seu mentor);
- melhorias assinaláveis em termos de competências em LP; ainda que subsistam dificuldades nesta área, estas já não são impeditivas da comunicação nas sessões de formação e podem, de resto, ser atestadas pelo desempenho dos formadores nos cursos de Formação de Professores;
- maior sentido de responsabilidade e o brio profissional no que diz respeito ao cumprimento das indicações enunciadas nos Regulamentos do Curso e nas planificações da formação;
- o interesse e o empenho relativamente à preparação, dinamização e avaliação de atividades extracurriculares (uma novidade para a maior parte destes docentes/formadores);
- maior receptividade em relação às sessões de simulação de aulas/formação ou à observação de aulas nas escolas (a autoscopia, inicialmente aceite com estranheza, passou a ser uma estratégia valorizada pelos formandos para controlo do seu desempenho enquanto formadores).

Não obstante os progressos alcançados, que, obviamente, não se reportam de igual modo a todos os formandos/formadores, todos estes aspetos carecem de um trabalho de consolidação, sob pena de não serem sustentáveis. Sobretudo as competências pedagógico-didáticas e linguísticas carecem de um investimento e acompanhamento constantes. Um dos aspetos menos bem conseguidos – porque também não foi diretamente trabalhado na Formação de Formadores (como referimos acima) – relaciona-se com a avaliação do desempenho e das aprendizagens dos formandos. Este aspeto deverá ser, pois, uma das prioridades a ter em consideração em formações subsequentes.

ii) Impacte dos Cursos de Formação de Professores no desempenho dos professores do ESG

Neste ponto, começamos por dizer que o tempo global de formação foi escasso para o cumprimento dos objetivos a que as formações se propunham (cf. Quadro Síntese III). Por outro lado, atendendo a que não foi possível proceder à observação das práticas dos docentes nas suas escolas/salas de aula, não nos é possível averiguar o real impacte destas formações nas práticas dos docentes.

Ainda assim, consideramos que estes momentos formativos contribuíram de forma inequívoca para o desenvolvimento e a consolidação de competências científicas e pedagógicas dos formandos. O facto de os sucessivos cursos terem como principal enfoque os conteúdos curriculares das diferentes disciplinas dos 10.º, 11.º e 12.º anos permitiu, à maioria dos professores, compreender e/ou consolidar os seus conhecimentos na disciplina que lecionam e desenvolver competências pedagógico-didáticas que lhes permitirão, de forma mais efetiva, exercer as suas funções em sala de aula. A



perceção, por parte dos formandos, da importância desta formação para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, assim como para o seu desempenho em sala de aula, pôde ser atestado não só no empenho e na motivação demonstrados ao longo dos cursos (atestado pelos Formadores timorenses, nos seus relatórios finais de Curso, e pelos Professores do PFICP, aquando da observação das sessões de formação), como também nas suas respostas aos inquéritos de avaliação aplicados no final de cada curso.

iii) Impacte do apoio pedagógico nas escolas do ESG

Esta atividade teve um impacte considerável junto dos docentes do ESG, sobretudo no que diz respeito à melhoria das suas competências científicas e pedagógicas, e à sua subsequente aptidão para implementar as diretivas dos Novos Programas. Com efeito, o apoio individualizado prestado, definido de acordo com as necessidades dos professores, permitiu não só esclarecer as dúvidas dos docentes sobre o Novo Currículo, como também ajudá-los a preparar de forma mais eficaz e rigorosa as suas aulas, apoiando-os na conceção de materiais didáticos ajustados aos objetivos dos Programas e às características dos seus alunos, fazendo-os, igualmente, diversificar as metodologias a adotar em sala de aula. Para além disso, verificou-se ainda, da parte dos docentes da área das Ciências e das Tecnologias, um maior interesse e investimento relativamente às atividades laboratoriais, mesmo sem estarem reunidas, nas escolas, as condições mínimas necessárias para que grande parte das atividades previstas nos Programas pudessem ser concretizadas. Por fim, este apoio pedagógico constituiu também uma excelente oportunidade para promover o uso da LP, em contexto escolar, por todos os seus intervenientes.

As principais limitações no âmbito desta atividade residiram: i) no carácter circunscrito da mesma (em virtude do número reduzido de docentes portugueses, não foi possível estender esta atividade a todas as escolas do ESG do País); ii) na natureza “voluntária e opcional” da mesma (participavam nestas ações apenas os professores que assim o entendiam); iii) relutância, por parte de alguns professores das escolas, em estabelecer um sistema de observação de aulas e/ou de codocência com o(a) formador(a) do PFICP.

iv) Impacte das várias ações na implementação do Novo Currículo

Para além dos impactes já descritos nos pontos anteriores ao nível do desempenho dos formadores e do desenvolvimento científico-pedagógico dos professores das escolas, consideramos que as diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito desta atividade do PFICP contribuíram, mais ou menos diretamente, para uma implementação efetiva dos Novos Programas do ESG. Se, por um lado, os esclarecimentos prestados, nos diversos momentos e situações formativas/de apoio pedagógico, permitiram aos professores e diretores das escolas dar cumprimento a algumas das diretivas do novo Plano Curricular (divisão dos alunos por vias de estudo, definição de turmas, horários, elaboração de planos de aula, etc.), por outro, a presença de formadores portugueses e timorenses em determinadas escolas possibilitou, entre outros aspetos, o fornecimento de recursos didáticos em falta (Programas, MA e GP), a sua organização nas bibliotecas e/ou salas dos professores, por forma a que os alunos pudessem proceder à sua requisição, e a experimentação – acompanhada/supervisionada – de metodologias e atividades até então desconhecidas dos docentes. Uma outra evidência que consideramos decorrer das ações formativas desenvolvidas no âmbito do PFICP relaciona-se com o facto de se verificar uma maior estabilização na(s) área(s) disciplina(res) atribuídas aos docentes ao longo destes três anos. Na verdade, o facto de os docentes, ao longo



do triénio, terem frequentado formação numa determinada disciplina parece estar a “fidelizá-los” a essa área (os docentes começam a especializar-se numa determinada área científica).

v) O modelo de formação implementado

Quanto ao modelo de formação implementado (Formação de Formadores + Formação de Professores + Apoio Pedagógico), a ilação a retirar é a de que só esta tríade poderá dar resposta às carências e fragilidades do sistema educativo e às metas definidas pelo ME-TL no que à implementação dos Novos Currículos diz respeito. Por um lado, numa perspetiva de sustentabilidade futura de TL, deverá continuar à apostar-se na Formação de Formadores. Por outro, impõe-se, a curto prazo, o acompanhamento direto e permanente daqueles docentes que, mesmo tendo já participado em cursos de formação contínua sobre o ESG, manifestam ainda possuir debilidades científicas, pedagógicas e linguísticas no cumprimento das suas funções. A supervisão e apoio pedagógicos assumem-se, portanto, como elementos complementares fundamentais para o sucesso de toda e qualquer formação contínua a desenvolver.

É, pois, neste sentido que, na secção seguinte, se apresentam algumas linhas de ação para o futuro, que visam a continuidade e aprofundamento do trabalho já realizado.

Perspetivas futuras

Tendo consciência do caminho já percorrido mas também do caminho ainda a percorrer e alicerçando-nos no facto de que em Educação todas as mudanças são lentas e requerem um longo investimento, apresentam-se seguidamente perspetivas de continuidade do trabalho realizado.

Antes de mais, impõe-se o **reforço da Formação de Formadores no âmbito do Novo Currículo do ESG**. Ou seja, consideramos fundamental reforçar as competências do atual grupo de formadores timorenses do ESG, por forma a garantir a sustentabilidade do investimento em recursos humanos já realizado pelo PFICP (2012-2014), nomeadamente através do apoio/supervisão do trabalho a realizar por estes formadores em futuras formações e no apoio pedagógico sob a sua responsabilidade. Dever-se-á também neste âmbito perspetivar novas dimensões da formação, atendendo não só a aspetos que tenham sido mais superficialmente abordados no PFICP (ex.: questões relacionadas com a avaliação das aprendizagens), como também a outras disciplinas para as quais tenham sido entretanto elaborados Programas e recursos didáticos, como é o caso da disciplina de Educação Física e Desporto⁹.

O reforço em termos de Formação de Formadores só se impõe, naturalmente, pela necessidade de se continuar a promover, junto dos docentes do ESG, ações de formação contínua que lhes permitam dar resposta aos desafios do dia a dia nas escolas. Nesse sentido, importa, igualmente, no âmbito da **Formação de Professores**, diversificar e alargar a oferta formativa, a qual deverá, entre outros aspetos, incidir sobre os conteúdos programáticos, as metodologias de ensino-aprendizagem, competências do foro pessoal e social, a gestão e administração escolar, e o direito à educação de minorias e de grupos com necessidades educativas especiais.

Não tendo como finalidade “repetir” ou “substituir” a Formação Inicial – a qual, com vimos, é também uma exigência premente em TL –, a Formação Contínua de Professores, especialmente

⁹ A conceção do Programa, MA e GP desta disciplina, assim como das disciplinas de Tétum, Língua Indonésia, e Religião e Moral ficaram a cargo do ME-RDTL.



num contexto de reforma educativa (que, como sabemos, requer muito tempo e o desenvolvimento profissional dos professores, para poderem influenciar os resultados nos alunos), adquire particular relevância, ao promover o confronto do docente com situações reais de ensino-aprendizagem, em contextos que já conhece, com o objetivo de os interpretar e de resolver os problemas/ultrapassar os desafios identificados.

Por outro lado, e de acordo com o que ficou dito anteriormente, configura-se essencial garantir o **apoio direto dos formadores portugueses aos docentes do ESG**, nos diferentes estabelecimentos de ensino do País. Este apoio, que deverá centrar-se prioritariamente em questões de ordem científica e pedagógico-didática que visem o cumprimento do estabelecido no novo Plano Curricular, deverá também incluir o apoio à direção das escolas em termos de gestão e administração escolar – uma dimensão fundamental no funcionamento das escolas, indissociável da implementação efetiva de qualquer Currículo em vigor.

Por fim, continua a ser imperativo o **reforço das competências em LP** dos formadores e professores do ESG, por forma a que possam utilizar os novos Programas, MA e GP com rigor e correção e, assim, dar cumprimento, ao previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo, a implementação de um ES em LP.

Referências

- Constituição da República Democrática de Timor-Leste*, promulgada a 20 de maio de 2002. DL n.º 23, de 9 de dezembro de 2010, *Estatuto da Carreira Docente*.
- GPDMA (2014). *Relatório da Formação Contínua na melhoria do desempenho docente*. Díli, INFORDEPE.
- Jerónimo, A. C. (2011). *Formação contínua de professores do ensino não superior em Timor-Leste*. Dissertação de Mestrado, não publicada, Universidade de Aveiro.
- Lei n.º 14/2008, de 29 Outubro – *Lei de Bases da Educação*. Jornal da República N.º 40 – Série I. Díli: Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste.
- Martins, I. P. & Ferreira, A. (2015). Ensinar e Aprender em Português em Timor-Leste: O caso do Ensino Secundário Geral. In A. M. Ferreira & M. F. Brasete (eds.) *Pelos mares da Língua Portuguesa 2* (pp. 395-408). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ME-RDTL (2011). *Plano Estratégico Nacional da Educação 2011-2030*. Díli: Ministério da Educação.
- ME-RDTL (2012). *Documento do Projeto de Formação Inicial e Contínua de Professores (PFICP)*. Díli: Ministério da Educação.
- PNUD (2002). *Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste*. Ukun Rasik A'an. O caminho à nossa frente. Díli: PNUD.

Webgrafia

- PFICP (ESG&ESTV) – <http://www.pficip-esg-estv.com/>
- Projeto de Reestruturação Curricular do ESG – <http://www.ua.pt/esgtimor/>
- Vídeo do PFICP (ESG&ESTV) – <https://www.youtube.com/channel/UCt7eY-NhcGUgoqLxIMhFtNQ>